

SABER E PODER

O pensamento social cearense
no final do século XIX

Almir Leal de Oliveira

Editora

**SER
TÃO
CULT**



Almir Leal de Oliveira é bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1995), mestre (1998) e doutor (2001) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor das áreas de teoria e metodologia da história e história do Brasil do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará desde 1992, onde atua no Programa de Pós-Graduação em História (2002) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (2012). Ocupou a Chair Joaquim Nabuco in Brazilian Studies do Center for Latin American Studies (2010-2011) da Universidade de Stanford, onde também realizou seu postdoc no Departamento de Biologia. É líder do grupo de pesquisa Ceará Colonial: economia, memória e sociedade (2003), do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq.

SABER E PODER

SABER E PODER

© 2024 copyright by: Almir Leal de Oliveira,
Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Ana Carolina Eiras Coelho Soares
Camila Teixeira Amaral
Cícero João da Costa Filho
Cid Morais Silveira
Felipe Azevedo Cazetta
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
João Batista Teófilo Silva
Telma Bessa Sales
Valéria Aparecida Alves

Revisão

Joice Nunes

Projeto Gráfico e Composição

Alvaro Beleza

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

CIP - Catalogação na Publicação

L435s Leal, Almir.

Saber e poder: o pensamento social cearense no final do século XIX. / Almir Leal. - Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

220p.

ISBN: 978-65-5421-192-5 - papel

ISBN: 978-65-5421-191-8 - E-book

Doi: 10.35260/54211918-2024

1. História. 2. Intelectuais cearenses. 3. Pensamento social cearense. I. Título.

CDD 981.31

SABER E PODER

O pensamento social cearense
no final do século XIX

Almir Leal de Oliveira

Sobral – CE
2024

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Agradecimentos

O trabalho intelectual é caracterizado por exigir de quem nele se circunscreve posturas profissionais que envolvem leituras e escrituras. Este trabalho solitário, mergulhado em textos lidos e produzidos, provoca necessariamente um distanciamento que revela uma atitude de investigador de experiências alheias. Leitor e escritor profissional, o historiador experimenta uma situação particular de mergulho em estruturas narrativas, em temporalidades distintas, em um universo afastado que é quase um universo de solidão.

No caso de uma capacitação docente, como foi o meu, esse momento é nomeado como um “afastamento”. Entretanto, o afastamento de atividades letivas criou também um afastamento dos elementos mais concretos em que se circunscrevem as ações aqui estudadas: distanciei-me das bibliotecas e dos livros centenários que compõem esta história; de instituições, também centenárias, por onde transitaram os personagens desta narrativa; e de uma cidade que se revela aqui nesta escritura.

Por outro lado, esta é uma história que buscou encontrar temporalidades esquecidas, trajetórias inusitadas de leitores e escritores do final do século XIX. A busca de um livro editado em 1878 ou a lembrança de uma visita a uma biblioteca antiga alimentaram e nutriram a aproximação pretendida com esses intelectuais. Percorrer as páginas de uma publicação de 1893, sentir seus odores, encontrar anotações esquecidas é um trabalho que leva também a um encontro.

Cabe-me aqui tecer agradecimentos àqueles que tornaram esta abstração menos solitária, menos afastada do nosso tempo. Graças a eles desfrutei não apenas da companhia de livros, papéis e canetas, mas também de vidas envolvidas

com uma atitude intelectual profissionalizada e ligadas a diferentes instituições. São contribuições diferenciadas que otimizaram o momento de construção desta dissertação.

Em primeiro lugar, acompanharam-me as instituições financiadoras do projeto. A participação como bolsista do Programa Interinstitucional de Capacitação Docente e Técnica (P.I.C.D.T.) da Capes possibilitou-me o financiamento do curso de mestrado e da pesquisa. O Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, em seu compromisso acadêmico de estímulo às capacitações de seus docentes, favoreceu-me com meu afastamento — tenho uma dívida com o conjunto dos colegas que assumiram as atividades letivas sob minha responsabilidade.

Agradeço especialmente à minha orientadora, dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, pelo seu empenho e incentivo na elaboração deste trabalho. Não há forma de expressar minha gratidão pela oportunidade que tive de ampliar minhas referências intelectuais; sedimentar, em meu sistema de leituras, novos questionamentos teóricos e metodológicos; e receber o estímulo humano e profissional formador de novas orientações intelectuais, docentes e historiográficas.

Historiadores profissionais nutriram cada página deste texto com contribuições precisas, seja por meio de debates, indicações de leituras, críticas, seja por sugestões nos caminhos da investigação. Meus agradecimentos ao corpo de docentes do Programa de História da PUC-SP, em especial às professoras dra. Estefânia Knotz C. Fraga e dra. Marina Maluf, que fizeram parte da banca examinadora. À dra. Déa Ribeiro Fenelon, agradeço os excepcionais ensinamentos dos caminhos do compromisso profissional, já desde algum tempo presentes na minha formação. Às amigas Maria de Fátima Novaes Pires e Maria Leônia Viana do Amaral, a gratidão que não pode ser expressa pelas palavras.

Duas historiadoras estimularam meu ingresso no mestrado da PUC-SP. À Maria do Carmo Ribeiro Araújo e Ivone Cordeiro Barbosa sou particularmente agradecido por compartilharem comigo suas vidas profissionais e pelo impulso terno, gerador de uma aspiração acadêmica.

Agradeço àqueles amigos que, mesmo distantes em suas áreas de atuação, ouviram pacientemente as construções das minhas reflexões e me propiciaram um estimulante diálogo. São eles: Felipe de Castro Link, Keid Mohamed Sammur, Nelson de Moura Júnior e Marcelo Tibães.

Agradeço ainda aos amigos Anísio de Almeida Vargas e Idalécio Lopes Neto, que conhecem o valor de suas participações neste trabalho.

Para minha felicidade, outros intelectuais contribuíram para a concretização deste trabalho. O dr. Gizafran Nazareno da Mota Jucá encontrou tempo em meio às suas atividades para ler, apontar sugestões e indicar alterações. Simone Souza indicou referências. O professor João Alfredo Montenegro forneceu informações, sugeriu e doou bibliografia, estimulando, com seu vigor intelectual, a realização do trabalho.

Muito prestimoso também foi o auxílio dos bibliotecários do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a quem agradeço no nome do funcionário Brás, das bibliotecárias Hermínia e Lúcia, da Biblioteca Central da PUC-SP, e de Valéria Fernandes dos Santos, Daniel André Machado e Denilson Gobbo Nalin, digitadores do Centro Acadêmico de Letras da PUC-SP, decifradores dos meus manuscritos.

Dedico este trabalho aos meus familiares e amigos, com quem comemorei a conclusão desta etapa acadêmica.

A todos, o meu sincero agradecimento. ◆

Sumário

Apresentação — 12

¶ CAPÍTULO UM

O universo letrado na província:
instituições, leituras e leitores — 20

¶ CAPÍTULO DOIS

Os movimentos sociais da década
de 1880 e o pensamento social — 78

¶ CAPÍTULO TRÊS

O universo letrado e a construção
de uma narrativa para o Ceará — 150

Notas — 204

Fontes — 209

Bibliografia — 213

*[...] o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem,
sem que nenhuma se perca, todas as citações
de que é feita uma leitura.*

– ROLAND BARTHES, 1968

Apresentação

Talvez o fato histórico mais emblemático e significativo da história do Ceará tenha sido a chamada Abolição da Escravidão, ocorrida em 1884. Sem sombra de dúvidas, esse evento histórico foi convertido em monumento inaugural do Ceará perante a nação brasileira, evocando os primórdios de uma sociedade igualitária, fraterna, liberalizante, moderna e republicana. Afinal, o que representaria historicamente o Ceará para o restante do Brasil sem a simbologia tantas vezes repetida de Terra da Luz, Terra da Liberdade, terra do gigante jangadeiro que das ondas verdes do mar anunciou que no porto do Ceará não se embarcariam mais escravos? O que seria dos marcos urbanos de Fortaleza e do estado sem os seus palácios (da Luz, da Liberdade), a maior honraria da Medalha da Abolição, a nomenclatura de várias ruas, se não fosse a Abolição no Ceará?

Como um fato histórico e um monumento histórico, por mais que cultuado e referenciado pela sociedade, evocado civicamente e comemorado como um evento fundador do Ceará moderno, a Abolição no Ceará pode ser objeto da análise histórica em pelo menos duas perspectivas diferentes: a história dos movimentos sociais da década de 1880 e o pensamento social.

Do ponto de vista dos movimentos sociais, destacam-se as análises da história social da escravidão, com o protagonismo dos escravizados nas diferentes realidades históricas do país, que desmantelou o estatuto jurídico de escravo defendido pelos senhores escravistas e promoveu, também de forma ampla e diversa, a quebra das relações de domínio e poder e colocou fim em três séculos de dominação. Sem a luta dos escravizados não seríamos um país livre do poder dos senhores; também poderíamos afirmar que, sem a luta dos escravizados pelas relações de quem detém o poder do capital, nunca seremos uma sociedade livre.

Entretanto, para além do poder emanado pelos que lutaram pela quebra das relações de dominação, ou talvez, pelo menos em parte, a sociedade brasileira na década de 1880 também emanou outras vozes contra a instituição da escravidão na sua forma jurídica, de política de Estado e de reclame geral por maior participação nas decisões em instâncias de poder. Falamos aqui do abolicionismo, ou melhor, dos abolicionismos, desde os mais ligados ao processo institucional e parlamentar das diferentes liberações parciais dos escravos, ou emancipações em alguns casos (que vinham desde de meados da década de 1860, como a Lei de 1864 libertando os sexagenários, mas que se alargou com o fim decretado da escravidão com a abolição do tráfico internacional de escravos em 1851, como as leis de 1871 do *Ventre Livre*, e que pretendiam uma emancipação institucionalizada), mas também dos cometas e caifazes que percorriam as propriedades levantando os escravizados, e, sobretudo de um tipo de abolicionismo urbano como um guarda-chuva de outras mais ideias: liberais, republicanas, por vezes carbonárias, de anseios burgueses de uma sociedade democrática (inspirada nos *fathers founders* norte-americanos).

No Ceará, partindo dessa premissa, também podemos ver todas — ou quase todas — essas vertentes, seja a luta dos escravizados e suas tentativas de quebra da relação de domínio por meio das fugas, da organização de quilombos, das tentativas de viver sobre si no meio urbano, do reforço das sociabilidades festivas como as festas do Rosário, da sobrevivência de sua cultura pelo ritmo da música e por diversas sociabilidades, dentre outras estratégias que conhecemos historicamente, mas também dos abolicionismos urbanos, dos emancipadores aos carbonários (que defendiam a quebra do direito de propriedade), dos que aspiravam uma sociedade burguesa até aos que queriam que a abolição representasse outro vigor ao Estado brasileiro, republicano e democrático, os mesmo aquelas tendências ditas humanitárias e cristãs, que visavam a uma emancipação no longo prazo sem questionar a propriedade dos senhores (podemos ver isso nas várias associações abolicionistas, desde a Sociedade Cearense Libertadora, o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, a Sociedade Porvir etc.).

Entretanto, uma particularidade histórica do Ceará não pode deixar de saltar aos olhos dos cientistas sociais: o estado não teve uma Lei Áurea propriamente; não houve uma abolição da escravidão nos moldes de 1888 (sem indenização aos proprietários de escravos), mas sim um processo de mobilização social amplo pela emancipação com diferentes correntes abolicionistas, mas sobretudo prevalecendo a concepção de uma concessão de liberdade financiada por voluntários ou por pagamento, com recursos públicos, da compra da liberdade (a Lei do Ventre Livre também criou a matrícula especial de escravos e possibilitou às províncias criar fundos de emancipação para pagamento do valor da propriedade aos senhores). E foi esse movimento da sociedade que inventou a ideia da abolição, primeiro em Fortaleza e depois no Ceará, chegando a outras províncias do Império do Brasil, como no Amazonas.

A principal diferença entre a Abolição de 1888 no Brasil e a Emancipação de 1884 no Ceará reside no fato de que os proprietários de escravos (e escravo aqui é uma categoria que representa o ser humano como mercadoria, como propriedade, e não como sujeito histórico, este sim o escravizado) não renunciaram à sua propriedade, não quebraram esse preceito escravista, não se converteram em humanistas, não abandonaram o estatuto da servidão — na verdade, foram hábeis, politicamente falando, em se transformarem em beneméritos de uma causa, até se tornando patronos da causa abolicionista, pelo simples fato de aceitarem o valor da mercadoria de suas propriedades (aceitaram vender seus escravos), seja na forma da Lei de 1871, seja por venderem cartas de alforrias aos abolicionistas cujas convicções cristãs e de aspirações burguesas que financiavam tais compras através de arrecadações de doações em quermesses, saraus, piqueniques, leilões de prendas para no final dessas solenidades oferecer solenemente três ou quatro cartas de alforrias a alguns escravizados.

Importante ressaltar que não houve projeto de uma lei de abolição na Assembleia Provincial do Ceará (assim chamada a Assembleia Legislativa no Império). Nenhuma lei foi votada nos moldes da Lei Áurea e nenhum presidente da província, chefe do Executivo, a sancionou, como a princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Assim, não houve propriamente a revogação da máxima da escravidão. Juridicamente, o escravo continuava a ser uma mercadoria até o ressarcimento do seu valor feito por uma indenização, mesmo que alguns humanitários capitalizados tivesse alforriado alguns escravos voluntariamente, sob algumas restrições de liberdade. Houve, sim, na sua grande maioria, manumissões de escravos com o pagamento do seu valor por parte dos cofres públicos — uma forma de acelerar o fim da escravidão —, além de compras

filantrópicas de alforrias, alforrias pela intenção dos senhores (com ou sem restrições de liberdade) em que os grandes proprietários de escravos — especialmente os capitalistas urbanos que faziam o tráfico interprovincial — encheram os próprios bolsos.

É importante destacar que, durante o período de 1880 a 1884, o estado do Ceará enfrentou sérias dificuldades financeiras devido à grande seca ocorrida entre 1877 e 1880. Nesse contexto, encontrou na chamada abolição uma fórmula para capitalizar os “capitalistas” de então, impedidos de continuar o tráfico interprovincial pela ação, esta sim, dos abolicionistas considerado mercadoria, associados a diferentes movimentos sociais que, juntos, impediram o tráfico para outras partes do império.

Essa forma de conduzir o processo emancipacionista no Ceará foi hegemônica, o que não desconsidera aqueles que discordavam da manutenção do direito de propriedade e que se mobilizaram para acolher escravizados que fugiam, que realizaram a mobilização pelo fim do tráfico interprovincial, e sobretudo pela luta dos próprios escravizados, mas que no geral não foi a tendência hegemônica no Ceará.

Para além dos movimentos sociais da década de 1880, outro ponto de vista analítico pode ser elaborado, e tal é objeto deste livro, o do pensamento social do período.

Aqui discutirei como, com base em um repertório de leituras de diferentes autores europeus, foi elaborado um ideal civilizatório de cunho liberal, em que a abolição dos escravizados no Ceará oportunizaria o próprio ingresso da província no caminho da sociedade burguesa.

Assim, analiso, no primeiro capítulo, de que forma se constituíram instituições de ensino formadoras dos membros da elite local e, sobretudo, por meio de círculos de leitores e leituras se homogeneizou o pensamento e comportamento de

classes dirigentes locais. A partir dessa premissa, o segundo capítulo observa como tais leituras foram dinamicamente empregadas para elaborar um diagnóstico sociológico do Ceará na década de 1880 que foi a base de diferentes estratégias abolicionistas e abordagens políticas nos movimentos que culminaram em 1884. Por fim, o terceiro capítulo evidencia, por meio da construção de uma narrativa desses próprios movimentos, como a chamada abolição do Ceará foi considerada pela escrita ilustrada o fator inaugural de uma “evolução social”.

Ainda uma última consideração: por que publicar uma dissertação de mestrado defendida em 1998? Ou melhor, como fazer uma leitura de um texto escrito antes mesmo de seu autor possuir um computador pessoal?

Considerando que todos os trabalhos são datados, e que são marcados pelo próprio tempo de sua escritura, as análises que aqui estão impressas foram constituídas como um grande esforço de pesquisa em registros históricos que não tinham uma difusão eletrônica como hoje possuímos. Esta investigação demandou muitas horas de trabalho em livrarias, sebos, arquivos e bibliotecas (públicas e privadas) em um grande esforço de preparação. Talvez pelas próprias condições que o datam de um período de grande mudança na pós-graduação brasileira ele tenha permanecido inédito em sua grande parte, principalmente o segundo e o terceiro capítulos. Outras partes foram divulgadas, mas ainda hoje, creio, a leitura do texto original ainda pode servir aos leitores como o registro de uma pesquisa datada na sua forma e na sua produção, sobretudo para acompanhar a linha que conduziu uma abordagem analítica da história social da década de 1880. ◆

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto nas fontes **Space Grotesk**, desenvolvida por Florian Karsten, e **Baskerville URW**, desenvolvida por URW Type Foundry, inspirada na versão de John Baskerville.

Dezembro de 2024.

ISBN 978-65-5421-192-5



9 786554 211925

Editora **SERTÃO: CULT**